

A DINÂMICA DO TERRITÓRIO BRASILEIRO NO PERÍODO DA GLOBALIZAÇÃO: O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA COMO EVENTO

FERNANDO ANTONIO DA SILVA¹

Resumo: O Programa Bolsa Família - PBF é aqui abordado com o objetivo de propor sua compreensão como evento. Para isso, iniciamos mostrando o desenvolvimento das políticas de transferência direta de renda no decorrer do século XX, com destaque para o período da globalização neoliberal em que observa-se uma maior aceitação dessa política no centro e na periferia do capitalismo. Em seguida, discutimos como a partir do PBF a política de transferência direta de renda é incorporada à dinâmica do território brasileiro e, neste ponto, o realce é dado ao papel das normas na territorialização e duração dos eventos. Por fim, chamando a atenção para algumas especificidades do PBF apontamos caminhos para sua análise a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; evento; circuitos da economia urbana.

Abstract: We treat of the Bolsa Família Program – BFP and we intend to propose it as an event. For this, we start showing the development of the cash-transfer programs in the course of twentieth century with special attention in the period of neoliberal globalization, when we can see the major acceptance of these programs in the center and periphery of capitalism. After that, we discuss the incorporation of the cash-transfer programs in the dynamic of Brazilian's territory with the BFP. The attention is put in the role of norms in territorialization and event duration. Finally, considering some specificities of the Brazil's cash-transfer, we show some ways to analyze the BFP based in the theory of two circuits of urban economy.

Key-words: Bolsa Família Program; event; circuits of urban economy.

1 - Introdução

Tratamos aqui do Programa Bolsa Família – PBF com o objetivo de apresentar uma perspectiva geográfica para a abordagem do tema. Para isso, compreendemos esse programa como um evento (NORA, 1979; WHITEHEAD, 1994; SANTOS, 2009 [1996]; ELIAS, 1998; SILVEIRA, 2013) e pensamos que a análise de suas implicações territoriais pode ser feita a partir da teoria dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008 [1979]). O método que guia a discussão é a proposição de território usado de Santos (1994), o território sendo tratado de forma inseparável dos eventos que o dinamizam. Daí a importância de identificar os principais eventos de um período e hierarquizar seus elementos segundo o peso na dinâmica territorial.

Primeiramente, abordamos o desenvolvimento das propostas de transferência direta de renda a partir do avanço do neoliberalismo nas diferentes formações

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP sob a orientação da profa. Dra. Adriana Bernardes. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail de contato: fernandosilva@ige.unicamp.br

socioespaciais (SANTOS, 1977). Em seguida, mostramos que a partir do PBF a política de transferência passa a fazer parte da dinâmica do território brasileiro. Considerando o contrato com a Caixa Econômica Federal – CAIXA para pagamento dos benefícios e as condicionalidades de educação, o quarto item problematiza as implicações do PBF a partir da teoria dos circuitos da economia urbana (SANTOS, 2008 [1979]) e de trabalhos de campo realizados no interior de Alagoas. As considerações finais sintetizam os argumentos do texto.

2 - Formação socioespacial e política de transferência direta de renda

No decorrer da história do capitalismo, propostas em defesa do que hoje chamamos de programas de transferência direta de renda, ou seja, a transferência para algumas pessoas de um recurso monetário pelo poder político, são quase tão antigas quanto o próprio sistema econômico. Suplicy (2013 [2002], p. 108-109) assinala a ideia de Thomas Paine, no texto *Justiça Agrária* de 1795, como uma das primeiras a defender uma forma articulada de transferência de dinheiro para as populações como compensação pela privação do acesso à terra, um bem comum privatizado no capitalismo.

O mesmo autor afirma, porém, que foi apenas ao longo do século XX que “[...] muitos [...] filósofos, economistas e pensadores de todas as ciências sociais [...] formularam a defesa de uma renda mínima” (SUPLICY, 2013 [2002], p. 111). Após a grande crise do capitalismo de 1929, muitas políticas de transferências são pensadas dentro da construção dos sistemas de proteção social dos países centrais do capitalismo. Assiste-se, portanto, à ascensão da dita sociedade salarial e do *welfare state*. O foco na industrialização e na construção da sociedade de consumo coloca as políticas de transferência direta de renda como algo complementar. Por isso, compreendemos a trajetória dessas políticas até a década de 1970 como *um período de propostas dispersas, sem consolidação e aceitação nos diversos países do mundo*.

Grandes mudanças nessa trajetória vão ocorrer com o avanço do neoliberalismo e as implicações que ele traz para o mundo do trabalho. Sobre esse processo, Silva e Silva (1997, p. 28) comenta:

Tendo ou não se transformado em práticas concretas de intervenção, seguramente esse debate [sobre programas de transferência direta de renda] vem se dando, mais sistematicamente, a partir do fim da Segunda Guerra Mundial, intensificando-se nos anos 80, em face das grandes transformações econômico-sociais, com aumento, sem precedente, do desemprego e da “nova pobreza”.

A autora explica que a centralidade do debate após o fim dos “30 gloriosos” está ligada à “[...] irreversibilidade das grandes transformações que vêm ocorrendo na economia, marcadas pela *revolução tecnológica da era da informação*” (SILVA e SILVA, 1997, p.13 grifos no original).

Nesse novo contexto, surgem propostas para políticas de transferência direta de renda de diferentes matrizes teóricas (SILVA e SILVA, 1997; SPOSATI, 1997; FONSECA, 2001; SUPPLY, 2013 [2002]; SILVA, 2014). Desse modo, o debate desenvolve-se também em torno das modalidades e formas de implantação das transferências, de modo que o tema se torna polêmico e disputado.

Merece destaque a criação da Basic Income European Network – BIEN em 1986, instituição que congrega pesquisadores, estudantes, ativistas políticos, etc., com o objetivo de difundir a ideia e as experiências de renda básica². Como ensina Etzioni (1980 [1964], p. 10 e 19), “[...] mais que qualquer outro agrupamento social, as organizações controlam sua natureza e seu destino” e, portanto, as instituições atuam “[...] sob a pressão da racionalidade”. Para a geografia, as instituições poderiam ser pensadas na constituição da racionalidade espacial (SANTOS, 2009 [1996]), uma vez que as ações que se desenrolam no seu âmbito têm finalidades precisas. A BIEN vem influenciando bastante a formulação e implantação das políticas de transferências em vários países, inclusive no Brasil.

A partir de 1980, várias políticas de transferência direta de renda foram implantadas no centro do capitalismo. Entendemos esses eventos dentro de um novo período, *o de consolidação e aceitação da política de transferência nos países centrais do capitalismo*.

Os países periféricos vivenciam uma fase diferente. Como assinala Draibe (1997, pp. 7-8 grifos no original), nos países centrais, com a precarização das relações de trabalho, “[...] em meio ao agressivo ataque neoliberal ao *Welfare State*,

² Informações disponíveis no site: <http://www.basicincome.org/about-bien/> Acesso em: 27 de junho de 2015.

a porta de entrada [para os programas de transferência direta de renda] foi a temática da *sociedade salarial* [...]”. Já na periferia, “[...] o tema adentrou o debate pela porta de acesso de programas de combate à pobreza” que se ampliou com a aplicação do receituário neoliberal.

É, sobretudo, na década de 1990 que a política se generaliza nos países periféricos a partir do avanço do neoliberalismo, como nos mostram a experiência dos maiores programas das Américas, no Brasil e México (SOARES, 2009; COTTA, 2009; CECCHINI, 2013). *Essa difusão para os países periféricos, num contexto em que se defendiam políticas sociais focadas* (SOARES, 2009), *constitui, nitidamente, um terceiro período.*

Contudo, mesmo dentro das experiências dos países periféricos, observam-se diferenças significativas, desde a forma como a política de transferência foi aceita em cada país até o desenho que ela adquire, o que depende das influências dos organismos internacionais, das instituições do país, do sistema político, das formas sociais e espaciais herdadas, etc. (STEIN, 2006; COTTA, 2009; BARROS de SOUZA, 2010). Portanto, a maneira como a política se concretiza em cada país é compreendida a partir da formação socioespacial (SANTOS, 1977).

Para o autor (2009 [1996], p. 147), as possibilidades de um período histórico se realizam de forma diferenciada, segundo o país e o lugar. Explicando como esse processo ocorre, Silveira (2014, p. 159) diz que:

[...] los eventos del período de la globalización son mediados por el Estado y el derecho, por la configuración territorial existente, por la organización de la economía, de la técnica y el trabajo, por un cierto tamaño demográfico y un grado de urbanización, por una división territorial del trabajo entre regiones, en definitiva, por el territorio usado de una nación.

Por isso, “no exame do processo que levou a constituição de um evento, é insuficiente considerar, apenas, o universal [...]” (GOBLOT, 1967, p. 10 *apud* SANTOS, 2009 [1996], p. 125). Desse modo, a formação socioespacial acolhe a política de transferência direta de renda e a constitui como evento. No caso brasileiro, *o peso e a solidez que o PBF conhece, em 2003, marcam um quarto período na história dessas políticas.*

3 - O Programa Bolsa Família como evento

Em 1991, o então senador Eduardo Suplicy apresentou o primeiro projeto de lei para um programa de transferência direta de renda no Brasil. A discussão desse

projeto culminou nos seguintes acontecimentos: vinculação das transferências à educação e o foco na família (1993); implantação dos primeiros programas em Campinas - SP e no Distrito Federal (1995) e dos programas Para Toda Criança na Escola (1997) e Bolsa Escola (2001), ambos do governo Fernando Henrique Cardoso.

Para Fonseca (2001), as mudanças no projeto original de Suplicy convergiram para uma maior restrição do público alvo e do valor do benefício. Nesta mesma direção, Pochamnn (2010, pp. 33-34) explica que a configuração que a política de transferência tomou se liga aos processos da economia nacional e à ideologia política dominante que “[...] induziu a política social às ações residuais, focalizadas e compensatórias”.

Porém, como destaca Rocha (2013, p. 101), o PBF, criado em outubro de 2003 pelo presidente Lula, constitui uma inflexão nessa trajetória. Além da unificação dos diversos programas existentes, se universalizou a elegibilidade ao benefício dentro de certo critério de renda. Observa-se, então, que os valores das transferências aumentaram significativamente. Permaneceram, entretanto, algumas heranças, como a vinculação do benefício variável às condicionalidades e a forma de pagamento que continuou sendo realizado pela CAIXA.

O PBF assinala um novo período na política de transferência direta de renda não só para o Brasil. Em janeiro de 2004, junto com a lei de criação do PBF, foi sancionada também a Lei de Renda Básica de Cidadania, Lei 10. 835 de 8 de janeiro de 2004. Segundo Silva (2014, p. 101), “[...] o Brasil é o primeiro país a ter uma lei instituindo a renda básica universal”. Isto aconteceu pela influência da BIEN, através do então Senador Eduardo Suplicy, contribuindo para que no mesmo ano essa instituição mudasse de nome, de Basic Income *European Network* para Basic Income *Earth Network* (SUPLICY, 2013 [2002], p. 34).

De acordo com Santos (2009 [1996]), os eventos, sejam naturais ou sociais, concretizam, nos países e lugares, o que antes era mera possibilidade no mundo. Por isso, “[...] el evento es portador de un contenido nuevo y significativo” (SILVEIRA, 2013, p. 21), isto é, sempre que um evento ocorre há transformação. Neste sentido, os governos são agentes privilegiados quando se trata de promover

eventos que incidam sobre vastas áreas que estão sob seu poder, bem como de manter o evento funcionando, o que fazem por meio de instrumentos legais.

A medida provisória nº 132 que criou o PBF foi convertida na Lei 10.836, de 10 de janeiro de 2004. Esta Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004, que no seu artigo primeiro já estabelece: “O Programa Bolsa Família [...] será regido por este Decreto e pelas disposições complementares que venham a ser estabelecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome”. Assim, a criação do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS ganhou sentido a partir da edição do Decreto nº 5.209. O PBF alcança, desde então, uma estabilidade nunca vista antes na política brasileira de transferência, uma vez que o MDS passa normatizar várias dimensões do Programa, desde o calendário de pagamento dos benefícios e as relações contratuais com a CAIXA até as relações com os entes federados. Trata-se do papel das normas na territorialização e “duração organizacional” dos eventos (SANTOS, 2009 [1996], p. 149).

É preciso considerar a noção de escala. Ela “[...] se aplica aos eventos segundo duas acepções. A primeira é a escala da ‘origem’ das variáveis envolvidas na produção do evento. A segunda é a escala do seu impacto, de sua realização”. Na sua origem, a solidariedade do evento “[...] vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam”. Já na escala de realização, “[...] os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum” (SANTOS, 2009, [1996], p. 152). Na escala de realização dos eventos, trata-se de pensar as especificidades do PBF, como o papel desempenhado pela CAIXA e as condicionalidades estabelecidas para os beneficiários do Programa.

4 - Perspectivas de análise do PBF a partir da teoria dos circuitos da economia urbana

A medida provisória nº 132 que criou o PBF estabeleceu o benefício básico, para todas as famílias com renda *per capita* de até R\$ 50,00 mensais, e o benefício variável destinado às famílias com renda *per capita* de até R\$ 100,00 mas que tivessem em sua composição familiar crianças e adolescentes. Com essa medida, segundo Rocha (2013, p. 101), “[...] a clientela-alvo do programa praticamente

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

dobrou” em comparação com os programas anteriores. A tabela 1 mostra que desde 2003 vários outros benefícios têm sido criados e, os seus valores, reajustados.

Tabela 1 – Evolução dos valores e benefícios do Programa Bolsa Família – 2003 – 2014

Valores nominais e reais em meses de repercussão na folha de pagamento (R\$)									
Tipo de benefício	2003 Out.	2007 Ago. 1	BVJ/2008 Mar. 2	2008 Jul. 3	2009 Set. 4	2011 Abr. 5	2011 Set. 6	Criação do B SP em 2012 Jun. 7	2014 Jun. 8
Básico	50	58	58	62	68	70	70		77
Variável	15	18	18	20	22	32	32		35
Jovens			30	30	33	38	38		42
BSP								Variável	Variável
Máximo	95	112	172,00	182	200	242	306	Sem limite	Sem limite

Fonte: elaboração própria a partir de <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/legislacao-1/legislacao>.

- 1 - Alteração nos benefícios pelo Decreto nº 6.157 de 16/07/2007.
- 2 - Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (16 e 17 anos) instituído pela Medida Provisória nº 411, de 28/12/2007, convertida na Lei nº 11.692, de 10/06/2008.
- 3 - Alteração nos benefícios pelo Decreto nº 6.491 de 26/06/2008.
- 4 - Alteração nos benefícios pelo Decreto nº 6.917 de 30/07/2009.
- 5 – Alteração nos benefícios pelo Decreto nº 7.447 de 01/03/2011.
- 6 – Expansão do limite de beneficiários de até 15 anos de 3 para 5 por domicílio e concessão de um benefício variável para gestantes e nutrizes.
- 7 – Benefício para Superação da Extrema Pobreza na primeira infância instituído pelo Decreto nº 7.758 de 15/06/2012. Consiste na complementação da renda domiciliar *per capita* até a linha de extrema pobreza para aquelas famílias que não alcançavam esse patamar mesmo recebendo os outros benefícios. Foi aplicado primeiro nos domicílios com criança de 0 a 6 anos, em seguida ampliou-se para a faixa etária de até 15 anos e, no início de 2013, alcançou todos os beneficiários.
- 8 – Alteração nos benefícios pelo Decreto nº 8.232 de 30/04/2014.

Por isso, os valores totais das transferências têm aumentado de maneira significativa. A tabela 2 traz a evolução dos repasses de 2004 a 2014, onde é possível ver a nova dimensão da transferência de renda no Brasil. Os valores passaram de pouco mais de R\$3,7 bilhões para R\$27,1 bilhões, um aumento de mais de 660%.

Tabela 2 - Evolução do número de famílias beneficiárias e dos valores repassados pelo Programa Bolsa Família – Brasil, 2004-2014

Ano	Nº de famílias beneficiárias do Bolsa Família	Valor total repassado R\$ do Bolsa Família
2004	6.571.839	3.791.785.038,00
2005	8.700.445	5.691.667.041,00
2006	10.965.810	7.524.661.322,00
2007	11.043.076	8.965.499.608,00
2008	10.557.996	10.606.500.193,00
2009	12.370.915	12.454.702.501,00
2010	12.778.220	14.372.702.866,00
2011	13.352.306	17.360.387.445,00
2012	13.902.155	21.156.744.696,00
2013	14.086.199	24.890.107.091,00
2014	14.003.441	27.185.773.070,00

Fonte: MDS
Organização do autor

A mesma medida provisória de criação do PBF estabeleceu, no seu artigo 10: “Fica atribuída à Caixa Econômica Federal a função de Agente Operador do Programa Bolsa Família, mediante remuneração e condições a serem pactuadas com o Governo Federal, obedecidas as formalidades legais”. Portanto, o dinheiro chegaria à população através de cartão magnético, por meio da CAIXA. Considerando as transferências e a forma como elas chegam às populações, estamos pensando as novas dinâmicas territoriais provocadas pelo PBF a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana proposta por Santos (2008 [1979]).

A distinção das atividades econômicas que ocupam e dinamizam os espaços urbanos é pensada em termos de capital, técnicas e organização. Se adotado esse critério dinâmico, encontram-se atividades como grandes empresas industriais e de serviços, fundos de pensão, grandes bancos, etc., que compõem o circuito superior da economia urbana, pois atuam com grandes quantidades de capital, sistemas técnicos que se renovam constantemente e métodos modernos de gestão empresarial; identifica-se também o circuito inferior da economia, composto por pequenas indústrias, comércios e serviços, onde o capital é restrito e as técnicas e a organização precárias (SANTOS, 2008 [1979], p. 44).

Dada a quantidade de famílias que passam a ser beneficiárias do PBF, cerca de 14 milhões em todo o Brasil, amplia-se o poder de organização dos espaços urbanos do agente pagador em pequenas cidades que chegam a ter mais da metade de sua população recorrendo ao banco para sacar o benefício.

Vários estudos indicam que os recursos do PBF são gastos principalmente com alimentação, vestuário, material escolar, pagamento de água e luz e compra de remédios. No Nordeste, o percentual destinado à compra de alimentos é mais expressivo do que nas outras regiões (SILVA E SILVA; YASBEK; DI GIOVANNI, 2006, p. 180; WEISSHEIMER, 2006; IBASE, 2008; BAPTISTELLA, 2012).

Em trabalhos de campo realizados em algumas cidades do interior do estado de Alagoas ficou claro que os recursos do PBF geram mercados importantes para pequenos comércios do ramo alimentício (mercadinhos, mercearias, bodegas, etc.). Mas em muitos casos esse dinheiro escapa para grandes redes de supermercados em função da necessidade de receber no banco. Populações que frequentemente consumiam em mercadinhos de pequenas cidades como Santana do Mundaú - AL e

XI – ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE

A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO
DE 9 A 12 DE OUTUBRO

Boca da Mata - AL, por exemplo, gastam o dinheiro do PBF em supermercados como o Todo Dia e Unicompras, respectivamente em União dos Palmares - AL e São Miguel dos Campos - AL, sempre que as Casas Lotéricas de suas cidades encontram-se sem dinheiro ou com filas enormes.

Além disso, a pequena quantidade de dinheiro de que dispõem as populações beneficiárias e a conseqüente necessidade de multiplicá-lo desencadeia uma busca desenfreada pelo menor preço. Isso tende a aumentar, mais uma vez, a força de grandes e médios varejistas, principalmente supermercados, localizados em centros urbanos maiores. Subordinadas, as atividades do circuito inferior vão em busca dos beneficiários do PBF nas filas das lotéricas, nos pontos de transportes para outros municípios, etc. A foto 1 mostra um vendedor de pipocas e balas que aproveita a grande fila de uma Casa Lotérica de União dos Palmares – AL. Situação bem diferente encontramos em um supermercadista de médio porte da cidade de Porto Calvo (foto 2), onde muitas mulheres do PBF, até de cidades, vizinhas afirmaram consumir nesse supermercado quando vêm receber o benefício.



Foto 1 - venda de produtos de bomboniere em uma Casa Lotérica de União dos Palmares – AL
Fonte: trabalho de campo, 2015.



Foto 2 - fluxo de pessoas em um supermercado de médio porte na cidade de Porto Calvo – AL
Fonte: trabalho de campo, 2015.

Outra dimensão importante do PBF é a condicionalidade na área de educação. Estudo apresentado pelo MDS³, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, mostrou que, de 2003 a 2013, o tempo de permanência nos estudos entre os 20% mais pobres saltou de 6,1 anos para 8,3, enquanto que entre os 20% mais ricos a média de anos de estudo passou de 11,2 para 11,7 anos. Este resultado é atribuído, em grande medida, ao Bolsa Família.

Notamos que a exigência de frequência escolar alimenta atividades econômicas de pequena dimensão que poderiam ser pensadas como um verdadeiro *circuito inferior das condicionalidades*. São papelarias, serviços de digitação e impressão de trabalhos escolares, produção e comercialização de fardamento escolar e cantinas escolares. Essa demanda tem sido atendida, principalmente, por trabalhadores locais do circuito inferior e o lucro obtido pelas cantinas escolares, por exemplo, se deve, em grande medida, ao fato de não terem concorrentes, já que os alunos não podem sair da escola durante o turno que estudam.

As mulheres beneficiárias do PBF têm um senso de responsabilidade muito forte com os filhos. Por isso, em muitos casos afirmam ser as despesas com a escola deles mais importante do que a própria alimentação de casa. Se isso é central para a reprodução das atividades do circuito inferior da economia urbana, não podemos deixar de comentar a perversidade do processo: deixa-se de comprar um quilo de feijão, por exemplo, para que o filho copie um texto da internet na lanhouse e entregue na escola, afirmação ouvida por várias vezes em nossos trabalhos de campo.

5 - Considerações finais

Apresentamos quatro períodos para compreender o desenvolvimento dos programas de transferências direta de renda: (i) partindo da ideia de Thomas Paine, no final do século XVIII, até a década de 1970 vemos um período de propostas dispersas; (ii) o avanço do neoliberalismo no centro do sistema inicia o período de aceitação e consolidação da política; (iii) a década de 1990 marca a difusão das

³ Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2015/junho/brasileiros-mais-pobres-estao-estudando-mais> Acesso em: 29 de junho de 2015.

propostas para os países periféricos e, por fim, (iv) a criação do PBF caracteriza o último período. Concluimos que a formação socioespacial molda a política, e só a partir do jogo de forças externas e internas à nação temos a construção do evento.

No caso do Bolsa Família, as normas elaboradas após a criação do MDS, com a incorporação do Programa ao arranjo federativo brasileiro, prolongam sua duração, a duração do evento. Nossos estudos sobre as novas dinâmicas territoriais decorrentes do PBF apontam que o contrato com a CAIXA para pagamento dos benefícios reforça o poder do circuito superior da economia na organização dos espaços urbanos. Por outro lado, a exigência de frequência escolar alimenta um verdadeiro *circuito inferior das condicionalidades*, pondo em debate a capacidade de reprodução deste circuito a partir do PBF.

6 – Referências bibliográficas:

- BARROS de SOUZA, A. **Idées, institutions et intérêts dans le changement de la protection sociale**. Les politiques de transfert de revenue au Brésil. (Tese de Doutorado). Faculté des arts et des sciences. Département de science politique. Université de Montréal. Canadá, 2010.
- BAPTISTELLA, J. C. F. Avaliação de Programas Sociais: uma análise do impacto do bolsa família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias. *In: V prêmio SOF de monografias*, São Paulo – SP: 2012.
- CECCHINI, S. “Transferências condicionadas na América Latina e Caribe: da inovação à consolidação?” *In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013, p.369-396.
- COTTA, T. C. S. **Visões de proteção social e transferências de renda condicionadas no Brasil e no México**. Brasília: 2009, 350f. Tese (doutorado em Ciências Sociais), Brasília: UNB, 2009.
- DRAIBE, S. M. “Prefácio”. *In: SILVA E SILVA, Maria Ozanira. Renda mínima e reestruturação produtiva*. São Paulo: Cortez, 1997, p. 7-12.
- ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.
- ETZIONI, A. **Organizações modernas**. Tradução de Miriam L. Moreira Leite. 6ª Ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1980 [1964].
- FONSECA, A. M. M. da. **Família e política de renda mínima**. São Paulo: Cortez, 2001.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS – IBASE. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. Rio de Janeiro: 2008.
- NORA, P. “O retorno do fato”. *In: LE GOFF, J.; NORA, P. (orgs.). História: novos problemas*. Tradução de Theo Santiago. 2ª ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979, p.179-193.

POCHMANN, M. **Desenvolvimento, trabalho e renda no Brasil**: avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

ROCHA, S. **Transferências de renda no Brasil**: o fim da pobreza? Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 2009 [1996].

_____. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ªed. 1ª reimp. São Paulo: Edusp, 2008 [1979].

_____. “O Retorno do Território”. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. (orgs.). **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo: HUCITEC-ANPUR, 1994, p.15-20.

_____. “Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método”. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n 54, jun., p. 35-59, 1977.

SILVA, Josué Pereira da. **Por que renda básica?** São Paulo: Annablume, 2014.

SILVA E SILVA, M. O. **Renda mínima e reestruturação produtiva**. São Paulo: Cortez, 1997.

SILVA E SILVA, M. O. da; YASBEK, M. C.; DI GIOVANNI, G. **A política social brasileira no século XXI**: a prevalência dos programas de transferência de renda. 2ª. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SPOSATI, A. de O. (org.). **Renda mínima e crise mundial**: saída ou agravamento? São Paulo: Cortez, 1997.

SILVEIRA, M. L. “Geografía y formación socioespacial: por un debate substantivo”. In: **Estudios Socioterritoriales**, nº 16, vol. 2, jul-dic, p. 141-168, 2014.

_____. “Tiempo y espacio en geografía: dilemas y reflexiones”. In: **Revista de Geografía Norte Grande**, v. 54, p. 9-29, 2013.

SOARES, L. T. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

STEIN, R. H. “Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais”. In: **Ser Social**. Brasília, n.18, jan./jun., p. 79-125, 2006.

SUPLICY, E. M. **Renda de cidadania**: a saída é pela porta. 7º ed. São Paulo: Cortez, 2013 [2002].

WEISSHEIMER, M. A. **Bolsa família**: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

WHITEHEAD, A. N. **O conceito de natureza**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.